

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 47ª REUNIÃO**

Data: 21 de novembro de 2005

Locais: Salão Nobre do Hotel Tambaú, João Pessoa/PB.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: ausente
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Menezes Cardoso da Silva (lmenezes@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Luiz Cláudio Figueiredo (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: ausente
- Conselhos Estaduais MG/ES: Célia Maria Brandão Fróes (celia@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordêllo Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza Pinheiro Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: ausente
- Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira – (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia Helena Cambogi Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Hamilton da Penha Lage Silva
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

CONVIDADOS:

- Anderson Gonçalves – IGAM/MG
- Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – DAEE/SP – (comitepardo@serhs.sp.gov.br)
- Célia Regina Buono Paus Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Diógenes Mortari – ADASA/DF – (diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Edna Regina Gobbo César – DAEE/SP – (edna.cesar@daee.sp.gov.br)
- Elcio Linhares Silveira – DAEE/SP – (elsilveira@sp.gov.br)
- João Bosco Senra – SRH/MMA/DF – (joao.senra@mma.gov.br)
- Leonardo Mitre Alvin de Castro – ANA/DF – (mitre@ana.gov.br)
- Luiz Otávio Manfré – DAEE/SP – (cbh-bt@uol.com.br)
- Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mgmdiniz@yahoo.com.br)
- Maria Cristina Yuan – IBS/RJ – (crisyuan@ibs.org.br)
- Maria Zita Timbó Araújo – DNOCS/CE – (maria.zita@dnocs.gov.br)
- Núbia Abrantes Gomes – UFRR/RR – (nubia-gomes@hotmail.com)
- Renato Crivrlanti – CBH Pardo/SP
- Renilda Gomes de Souza – SEPLAN/SE – (renilda@seplantec.se.gov.br)
- Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 08h50 do dia 21 de novembro do ano de dois mil e cinco, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 47ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a presença, e passou a palavra para o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra, que proferiu apresentação sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, destacando o Plano Nacional de Recursos Hídricos, em processo de conclusão e a criação da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrografias e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (Anexo 1 – Apresentação CNRH). Finalizada a apresentação, o Sr. José Luiz (MIn) questionou sobre a forma de trabalho do CNRH com o Congresso Nacional. O Sr. João Bosco (SRH/MMA) esclareceu que o CNRH possui um caráter pró-ativo e que as propostas encaminhadas para o CNRH que as aprecia e tenta contato direto com os relatores das matérias. Lembrou dos PLs de segurança de barragens e 1616 que receberam contribuições. O Sr. Cláudio (ONGs) comentou sobre o desequilíbrio existente na composição do CNRH quanto ao número de participantes da sociedade civil e sobre o processo de eleição dos membros da sociedade civil para o CNRH. O Sr. João Bosco (SRH/MMA) apoiou a opinião apresentada e complementou dizendo que pelo fato da maioria de seus conselheiros serem de Governo, suas deliberações possuem caráter mandatário e conceitual. Lembrou do reduzido comprometimento da sociedade civil, citando assim a participação destes nos Conselhos Estaduais que podem tê-los como maioria e do cuidado que se deve ter com o processo de empoderamento. Sobre o processo de empoderamento, o Sr. Hamilton (Comitês) mencionou a aprovação, pela plenária do CNRH, da disponibilidade hídrica da transposição do rio São Francisco, sabendo que o próprio CNRH não possui regulamentação para análise de projetos. Comentou também sobre o CONAMA que concorre com o CNRH, principalmente no que tange a definição de prazos para o licenciamento ambiental e não acontecendo esta definição na gestão dos recursos hídricos. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que a transposição deveria ter sido analisada por todos as CTs do CNRH, que tivessem interface com o assunto. Complementando o comentário, o Sr. Alencastre (DAEE/SP) disse que essa falta de discussão criou um vácuo no entendimento do tema. Dando prosseguimento a reunião, a Sra. Leila (CERH/SP) convidou os presentes para o lançamento, às 18h30, do Guia de Prático de Pequenas Obras Hidráulicas, onde os técnicos interessados encontrariam no documento, conceitos, metodologias, critérios e orientações sobre projetos de obras hidráulicas dos tipos: canais, travessias e barramentos, podendo acompanhar os passos para a elaboração do projeto básico de uma pequena barragem, com exemplos numéricos relativos a um projeto real ali desenvolvido. Informou que o documento foi elaborando visando o maior público atendido pelo DAEE, qual seja pequenos empreendimentos. Assim passou as mãos do Sr. Secretário de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, um exemplar ratificando o convite. O Sr. João Bosco (SRH/MMA) parabenizou a instituição pela iniciativa que visa melhorar a qualidade dos projetos a serem apresentados, sempre com uma visão do uso múltiplo das águas. Aproveitou para provocar todos os técnicos presentes para apresentação de experiências na gestão dos recursos hídricos durante o IV Fórum Mundial da Água, a ser realizado no México. Lembrou da carência de informações e a pouca divulgação existente dessas experiências locais que podem ser expandidas para o global. Agradeceu a oportunidade da participação e desejou a todos uma boa reunião. *Item 2 - Aprovação das Atas da 45ª e 46ª Reunião da CTPOAR.* As atas foram

101 aprovadas com modificações. *Item 3 – Apresentação sobre outorga de recursos hídricos para*
102 *lançamento de efluentes, por parte do Eng. Luciano Meneses.* O Sr. Luciano (ANA)
103 agradeceu o convite e a oportunidade de estar discutindo esse assunto. Iniciou a apresentação
104 com a seguinte citação “*Não é apropriado ver como separadas coisas que não se podem*
105 *distinguir*” Albert Einstein. Trazendo assim uma reflexão sobre diferenciação entre as
106 expressões água e recursos hídricos e o que isso conotaria para o lançamento de efluentes.
107 Destacou as definições e classificação de poluentes, lançamentos e diluição; o respeito a
108 classe de enquadramento; as classes de uso preponderantes para águas doces definidas pela
109 Resolução CONAMA nº 357/2005; os cálculos da vazão de diluição e da vazão indisponível,
110 através de ilustrações, incluindo os fatores de temperatura e concentrações aceitáveis; um
111 exemplo de pacto para redução da poluição; o balanço hídrico quantitativo; o balanço hídrico
112 quali-quantitativo; as ações próativas para a redução da poluição; as áreas de articulação entre
113 a outorga e o licenciamento ambiental e questões para reflexão. Concluída a apresentação a
114 Sra. Leila (CERH/SP) comentou sobre a dificuldade da outorga para lançamento devido as
115 restrições colocadas nas leis estaduais. A Sra. Patrícia (Indústrias) disse que estava sendo
116 realizada uma leitura equivocada sobre o assunto, pois se deve considerar também os usuários
117 que não possuem outorga, mesmo que por Lei não existam, mas afetam o balanço quali-
118 quantitativo. Comentou também sobre a outorga e a relação com a cobrança, considerando
119 que os usuários a jusante sempre seriam penalizados, se a montante forem permissivos. Diante
120 do comentário questionou como seria a forma de ponderar a vantagem da localização na
121 bacia, pois se as vantagens não fossem apresentadas as indústrias iriam escolher seus locais de
122 instalação sempre nas cabeceiras, contrariando as análises ambientais. O Sr. Altamirano
123 (CERH/BA) mencionou sobre a necessidade de se evitar a negação de outorga para novos
124 usuários, para isso devendo ser fiscalizada toda a bacia. Lembrou da necessidade de sempre
125 serem ponderadas nas análises hídricas as questões sociais e da preservação da sensibilidade
126 para esse tema. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que independente do deferimento ou não da
127 solicitação da outorga, a resposta deveria apresentar respaldo legal, ou seja, leis que definam
128 as bacias críticas, estando assim de acordo com as ações do Comitê, que precisam
129 conscientizar os usuários da bacia, de que a água é um bem finito! Colocou para reflexão, a
130 reversão de bacias, questionando como ficariam os usos mais nobres da água, nas bacias
131 doadoras ou o aumento da vazão quando a água fosse captada em poço e descartadas no corpo
132 hídrico superficial. O Sr. Luciano (ANA) esclareceu que a Resolução CONAMA nº 357/05
133 seria o elo entre as gestões de recursos hídricos e ambientais, podendo assim administrar e
134 determinar a vazão de referência e ecológica, sendo que a última, academicamente não estaria
135 definida e o deveria, conjuntamente entre os órgãos gestores de recursos hídricos e de meio
136 ambiente. O Sr. Helder (MME) informou que os órgãos gestores de meio ambiente não
137 participaram da determinação das vazões ambientais, no caso para bacias que já possuem esse
138 valor indicado. A Sra. Patrícia (Indústrias) comentou que as dificuldades sentidas e
139 apresentadas durante a discussão estariam ocorrendo devido a instalação parcial do sistema de
140 recursos hídricos. Disse que cada vez mais o instrumento outorga não deveria se limitar a
141 questões quantitativas e sim qualitativa, como demonstra o instrumento enquadramento que se
142 entendido e aplicado seria perfeito. Disse ainda que enquadramento e outorga deveriam ser
143 trabalhadas por trechos da bacia e que deveriam ser mostrada a potencialidade desses
144 instrumentos, fortalecendo assim o sistema. O Sr. Diógenes (ADASA/DF) lembrou que tudo
145 acontece ao seu tempo, conforme o grau de amadurecimento e que ao seu ver estava
146 caminhando para o fortalecimento do sistema. Nesse momento a Sra. Leila (CERH/SP)
147 agradeceu ao Sr. Luciano pela apresentação e reflexões colocadas, inclinando-se à
148 necessidade de se estudar o tema com vistas à elaboração de uma resolução do CNRH. *Item 4*
149 *– Apresentação da minuta de Portaria do DAEE que estabelece critérios para outorga de*
150 *obras hidráulicas, por parte dos Engs. Francisco Gusso e Mário Kiyoshi.* A Sra. Leila

151 (CERH/SP) apresentou os técnicos do DAEE responsáveis pela elaboração da minuta de
152 Portaria, sob a coordenação do Eng. Mário. A apresentação foi proferida pelo Eng. Francisco
153 Gusso que introduziu o assunto comentando que a proposta seria uma iniciativa do DAEE,
154 sendo de cunho estritamente técnico. Esclareceu que o documento estaria focado em projetos
155 de obras de pequeno porte, que em sua maioria são elaborados por técnicos que não possuem
156 conhecimentos; que seria aplicado à São Paulo evidenciando as características de
157 pluviosidade, população, drenagem e diversidade de ocupação de território. Comentou
158 também sobre as dificuldades de uniformização de capacitação o que estava sendo refletido
159 nos projetos inadequados apresentados ao DAEE e com a tentativa de melhorar esses projetos
160 estariam impondo parâmetros que também facilitariam a gerência das outorgas do DAEE, que
161 ultrapassam os 50.000 atos. Após a exposição de motivos para a elaboração da proposta de
162 portaria, apresentou os parâmetros por eles definidos dentro dos aspectos de hidrologia e
163 hidráulica principalmente para as obras de barragens, de canalizações e de travessias, além
164 das informações complementares como o relatório fotográfico (Anexo 3 – Apresentação de
165 minuta de portaria de outorga de obras hidráulicas). Finalizada a apresentação a Sra. Leila
166 (CERH/SP), questionou os órgãos outorgantes presentes na reunião quanto a forma de
167 encaminhamento que possuem para as exigências de aprovação de obras hidráulicas. Disse
168 que a proposta teria regras claras, que não limitariam as negociações, mas reduziria o tempo
169 de análise desses projetos. Respondendo o Sr. Altamirano (CERH/BA) comentou que na
170 Bahia o pior usuário seria o Estado e que muitas exigências poderiam tornar inviável os
171 projetos elaborados por este usuário. Citou casos em que grandes usuários também não
172 alcançariam os resultados desejados, necessitando de negociações. Disse que não existem
173 esses parâmetros definidos nas regras da ABNT, o que dificultaria a sua utilização na
174 elaboração dos projetos e que este também seria um problema educacional e de transferência
175 de informações. O Sr. Leonardo (ANA) perguntou a equipe do DAEE quanto a opção de
176 canalização, se esta seria questionada junto ao empreendedor, demonstrando outras soluções.
177 A Sra. Leila (CERH/SP) informou que a escolha de opções também é discutida com a área de
178 meio ambiente. O Sr. Mário (DAEE/SP) lembrou que em fase de projetos, seria importante
179 uma visita ao local, para verificar o aproveitamento da área e a finalidade, contudo o órgão
180 não possui condições para fiscalizar todas, o que torna a análise subjetiva. O Sr. Anderson
181 (CERH/MG) informou que em Minas Gerais, já trabalham com licenciamento e outorga
182 integrados e sempre elaboram uma DN, para possuírem base legal. O Sr. Cláudio (ONGs)
183 mencionou que a subjetividade estaria no campo da finalidade e não no projeto, tornando
184 assim perigoso pela vertente política. Disse que o DAEE deveria participar no colegiado que
185 discute a implantação dos condomínios e loteamentos quanto ao uso e ocupação do solo.
186 Assim foi informado que o DAEE não participa, mas a SABESP sim, do Grapohab, no
187 entanto, o DAEE incentiva, através dos Comitês a elaboração destas Normas, junto as
188 Prefeituras. A Sra. Leila (CERH/SP) colocou que as questões sociais sempre deveriam ser
189 abordadas o que também caracterizaria o modelo participativo e que isto deveria ser discutido
190 no âmbito dos comitês que também definiriam as prioridades de uso em seus planos de bacia
191 e ressaltou que a proposta de portaria seria eminentemente técnica. A Sra. Núbia (UFRR/RR)
192 externou sua discordância quanto a técnica de canalização, sugerindo que sempre fosse
193 adotada a forma de corredores ecológicos e a contenção da população para que não ocorra
194 invasão do local. Fez um apelo para que a natureza fosse um pouco mais respeitada.
195 Concluído esse ponto de pauta, a Sra. Leila (CERH/SP) agradeceu a equipe do DAEE
196 presente, as contribuições a partir do debate e a apresentação em si. Ratificou o convite para o
197 lançamento do Guia de Obras Hidráulicas e o convite para a reunião das atividades do CNRH
198 no dia 22/11. Consultou a CT quanto a realização da 9ª Reunião do GT PL 1616, sendo de
199 acordo que ela ocorresse somente junto a próxima reunião da CTPOAR, o que fomentaria a
200 participação dos membros da CTPOAR no XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.

Nesse momento a Sra. Zita (DNOCS) solicitou a palavra para externar seu descontentamento com a modificação do representante do Ministério da Integração, considerando que este não havia oficialmente avisado-a do fato e quando solicitou justificadas informaram-na da reduzida participação do DNOCS (vinculada do Ministério); a situação caracterizou problemas internos dos órgãos. Diante da situação, sugeriu que o número de vagas nas CTs fossem alterados quando da existência de vinculadas na composição do CNRH. A 47ª Reunião foi encerrada às 13h30, com votos de boas festas, por ser esta a última reunião da CTPOAR do ano de 2005.

Ata aprovada na 48ª reunião, realizada em 27 de janeiro de 2006.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR